

## Introdução

Em conversas informais com amigos/as, quando dizia que minha dissertação de Mestrado seria sobre a *Parada do Orgulho LGBT*, ouvi diversos comentários que diziam que 2011 “tinha sido um ano gay”. Que, finalmente, os direitos LGBT estavam sendo reconhecidos ou, pelo menos, intensamente debatidos, como há muito não se via. A aprovação pelo Supremo Tribunal Federal da união estável entre pessoas do mesmo sexo, no dia 05 de maio, funcionou como um gatilho para a inclusão, nos meios de comunicação, de temáticas direta ou indiretamente relacionadas com as demandas do grupo LGBT.

Homossexuais espancados na Avenida Paulista; discursos inflamados de políticos conservadores; pregações de líderes religiosos contra a aprovação do projeto de lei que criminaliza a discriminação; a polêmica do kit anti-homofobia; debates sobre a exibição do primeiro beijo gay em uma telenovela brasileira. Todos estes assuntos foram intensamente veiculados na televisão, rádio e mídia impressa, mas também em suas versões on-line, assim como em blogs, redes sociais e sites religiosos, jurídicos e de defesa dos direitos humanos, entre outros.

Depois do reconhecimento legal da união civil homossexual pelo Supremo Tribunal Federal, algumas manifestações na Internet – conforme veremos na seção de análise do nosso estudo – questionaram a necessidade de segmentos LGBT continuarem indo às ruas para reivindicar direitos iguais. De acordo com estes argumentos, algumas das principais demandas destes movimentos sociais haviam sido atendidas, uma vez que, com a aprovação da lei, homossexuais passariam a ter direito a benefícios antes concedidos somente a casais heterossexuais, como herança, pensão alimentícia e divisão de bens em casos de separação, entre outros. Da mesma forma, uma significativa parcela dos principais meios de comunicação deu considerável espaço às “vozes” de homossexuais, além de defenderem as principais reivindicações de movimentos sociais em editoriais e cadernos de opinião.

Não podemos negar que tanto o poder público como a mídia têm importância estratégica para movimentos sociais. Instituições do Estado são

responsáveis por decisões no plano formal, criando novas garantias legais e/ou reinterpretando as leis existentes. Os meios de comunicação, por sua vez, têm potencial de oferecer visibilidade para as reivindicações das minorias. Além disso, conforme afirmou Raquel Paiva (2001), dentre todos os sistemas responsáveis pela normatização das relações sociais, como a religião, por exemplo, nenhum deles “conseguiu atingir um espectro tão amplo de atuação e tão eficazmente determinar a conduta padronizada de toda uma sociedade” (PAIVA, 2001, p. 2) como a mídia.<sup>1</sup>

Vale lembrar, no entanto, que a mentalidade dos atores sociais, tais como suas práticas, nem sempre acompanham, *pari passu*, as mudanças nos dispositivos legais, assim como não há indícios de que uma mídia mais porosa às demandas LGBT possa alterar, rápida, radical e integralmente determinadas construções morais extremamente arraigadas na sociedade brasileira a respeito de comportamentos não heteronormativos.<sup>2</sup>

Em reportagem publicada no dia 24 de agosto de 2011 pelo suplemento Zona Sul, do jornal *O Globo*, jornalistas acompanharam um casal de lésbicas e um de gays pelas ruas e por locais de lazer na Zona Sul do Rio de Janeiro, entre praias, bares e shopping. O objetivo era investigar de que forma as pessoas se comportavam quando viam manifestações de afeto homossexual<sup>3</sup>. De acordo com a reportagem, em todos os locais, as pessoas olhavam fixamente para os casais ou até mesmo deixavam, indignadas, os estabelecimentos. Destacamos aqui dois trechos específicos, o depoimento de Cristiane Carvalho, uma das personagens da

---

<sup>1</sup> Devido a limitações de espaço e foco, não podemos fornecer um mapeamento completo dos editoriais e reportagens favoráveis às minorias sexuais em 2011. Destacamos, porém, um apanhado que exemplifica as tomadas de posição dos principais veículos, em geral bastante amigáveis às causas: “Sem exceções contra a homofobia” (Editorial do jornal *O Globo*, 20 de maio de 2011), “A Bíblia e os gays” (Coluna de opinião do Jornal *O Globo*, 23 de maio de 2011), “A necessária criminalização da homofobia” (Editorial do Jornal *O Globo*, 25 de novembro de 2010), “São Paulo é mais evangélica ou mais gay?” (Coluna de opinião de Gilberto Dimenstein, versão on-line do jornal *Folha de São Paulo*, 24 de junho de 2011), “O orgulho gay e o retrocesso heterossexual” (Editorial do *Jornal do Brasil online*, 16 de novembro de 2010).

<sup>2</sup> No capítulo que se segue à Introdução iremos conceituar melhor o termo heteronormatividade. Por ora, estamos chamando de “não heteronormativos” aqueles comportamentos que, de alguma forma, não seguem a norma hegemônica da heterossexualidade. Preferimos utilizar os termos “não heterossexual” ou “não heteronormativo” em lugar de simplesmente “homossexual” porque as minorias sexuais englobam não somente gays e lésbicas, mas também bissexuais e transexuais.

<sup>3</sup> Não é nossa intenção advogar que a reportagem represente o comportamento da sociedade em sua totalidade; obviamente, uma pesquisa mais aprofundada seria necessária para fornecer respostas mais concretas, que certamente iriam variar de acordo com circunstâncias de localidade e temporalidade.

matéria, e de um homem que, na orla, “balançou a cabeça em sinal de reprovação” ao observar um dos casais:

Durante a reportagem, procuramos ficar perto de grupos, pois o objetivo era checar as reações. Por acaso, encontramos uma amiga que trabalha no shopping. Ela veio ao nosso encontro sorridente, mas, em tom sério, disse que os seguranças haviam sido alertados com o “código 13”. Percebemos um deles olhando para nós e perguntei o que era o tal código. ‘Demonstrações de afeto homoafetivo’, disse ela. (Jornal *O Globo*, 24/08/2011)

Ao ser abordado pela equipe de reportagem, negou ter preconceito em relação a homossexuais: “Não estávamos falando deles, não. Por acaso, conversávamos sobre a novela. Todos nós torcemos para que os gays tivessem um final feliz. *Só acho que a praia não é lugar disso, afinal, passam muitas crianças por aqui.*” (Grifos nossos). Jornal *O Globo*, 24/08/2011.<sup>4</sup>

No primeiro caso, observa-se que, mesmo quando não verbalizadas de forma literal, manifestações de preconceito assumem formas variadas de expressão: demonstrações públicas de afeto homossexual são vistas como um comportamento inapropriado pelos responsáveis pela segurança do local, mas o “alerta”, no entanto, não é explicitado, mas sim disfarçado e velado, transformado em “código 13”.

Já no segundo trecho, é interessante notar como, apesar de negar preconceito contra gays, o entrevistado não considera que a praia seja “lugar disso”, porque muitas crianças frequentam o local – ou seja, segundo este depoimento, o comportamento homossexual aparece como inadequado para pessoas ainda em fase de formação.

Declarações como estas contribuem para ilustrar que, mesmo com a já legalizada união homoafetiva, a possível aprovação da criminalização da homofobia e a abordagem positiva de grande parte da mídia sobre as minorias sexuais, é ingênuo imaginar que o preconceito deixará de existir tão rapidamente, ou que não haja motivos para compreendê-lo<sup>5</sup>:

<sup>4</sup> “Um teste de tolerância”, *O Globo*, 24 de agosto de 2011.

<sup>5</sup> O Brasil é o país com maior número de assassinato de gays; só em 2010, 260 homossexuais e travestis foram assassinados (*Grupo Gay da Bahia*).

As pessoas, face às pressões da legislação anti-racista e dos princípios da igualdade e da liberdade apregoados pelas democracias liberais, começaram a expressar seu preconceito de uma forma mais sutil e velada. É nesse quadro que se começa a falar de “Novos Racismos” ou de “Novos Preconceitos” (LIMA e VALA, 2004, p. 403).

Novo ou antigo, explícito ou velado, o fato é que o preconceito contra as minorias sexuais é pauta recorrente das *Paradas do Orgulho LGBT*, cujas mais numerosas edições brasileiras acontecem nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Por ser um evento de grande visibilidade para a comunidade LGBT e simpatizantes, o evento gera, a cada ano, uma agenda de tópicos de interesse de grupos minoritários, pautando a sociedade em relação às questões que os afetam.

Nosso objeto de pesquisa sempre esteve, desde sua criação, bastante articulado com o campo das mídias. A *Parada Gay*<sup>6</sup> surgiu exatamente em uma década em que o ativismo LGBT se profissionalizou, buscando alianças mais amplas com sujeitos políticos variados, além de canais de expressão para suas questões.

Nos meios de comunicação, as construções discursivas sobre a *Parada Gay* mobilizam tensões, conflitos e coalizões entre saberes e enunciações pertencentes a diversos campos sociais. Consideramos *campo* na perspectiva de Bourdieu (1983), ou seja, um espaço social com autonomia relativa em relação a outros campos, cada qual com uma lógica de funcionamento própria, incluindo hierarquias, regras, valores e conteúdos específicos. Como o evento propõe uma agenda sobre assuntos diversos ligados à temática LGBT, muitos campos diferentes são acionados, como o jurídico, o científico, o político, o religioso, o que nos fornece um rico espectro tanto de posicionamentos dos sujeitos em face às práticas sexuais não hegemônicas quanto aos fundamentos que utilizam para elaborar suas opiniões e interpretações. Por isso, a análise dos discursos engendrados pelo evento revela-se particularmente útil.

Concordamos com Pereira (2011) quando diz que os conflitos nas sociedades contemporâneas ocorrem não mais somente no sistema de produção

---

<sup>6</sup> Na maior parte das vezes, para melhor fluência do texto, iremos utilizar a abreviação *Parada Gay* no lugar de *Parada do Orgulho LGBT*, denominação oficial do evento.

material, mas também na disputa de significados construídos em discursos públicos. É de suma importância para grupos de reivindicações coletivas uma produção simbólica favorável, tanto para que possam se organizar como para despertar a atenção da opinião pública. Assim, “torna-se inviável uma democracia mais inclusiva sem a análise dos fluxos que informam os debates que irão ocorrer nas esferas públicas” (PEREIRA, 2011, p. 4). Neste sentido, a análise das operações discursivas elaboradas a respeito dos temas suscitados pela *Parada Gay* pode também, em estudos futuros, configurar um primeiro passo para investigar de que forma demandas coletivas podem se apropriar dos meios de comunicação, inclusive da Internet, para atingirem seus objetivos.

Cada um se apodera da sexualidade não heteronormativa de uma forma, seja para defender a “família tradicional” por meio de argumentos religiosos, para criticar a orientação sexual LGBT a partir da crença de que não atenderia a uma suposta “naturalidade biológica”, seja para a defesa de direitos civis destes grupos, ancorada em dispositivos jurídicos. Mesmo dentro de um mesmo campo, como o religioso, observamos sentidos conflitantes, uma vez que os dogmas não são apropriados de forma homogênea pelos atores. Trechos da Bíblia, por exemplo, são usados tanto para defender a tolerância como para condenar a homossexualidade.

No entanto, se existem disputas intracampo, também existem alianças entre campos diversos, compondo uma miríade de combinações possíveis. O corpo midiático orchestra estes elementos, conteúdos provenientes de diversas áreas da experiência e do conhecimento, e cabe à nossa pesquisa organizar alguns destes fragmentos e buscar compreendê-los, a partir do método da Análise do Discurso (AD).

O *locus* de nossa pesquisa foi a Internet, por ser esta uma esfera em que encontramos uma vasta pluralidade de enunciações, um terreno fértil para a inter-relação dos campos sociais. Como nossa estratégia consistiu em buscar padrões de ocorrência a partir de uma vasta dispersão de “vozes”, não nos restringimos a construções discursivas específicas; todas as reações a respeito da *Parada Gay* foram acolhidas em um primeiro momento, provenientes de páginas de Igrejas, Organizações Não Governamentais, ativistas, redes sociais, blogs pessoais, veículos noticiosos, entre outros.

Nosso estudo será dividido em duas partes: na primeira, propomos um diálogo com teóricos de diversas áreas que possam fornecer um arcabouço teórico útil para elaborarmos as questões mais pertinentes da nossa investigação. Na segunda, nos dedicamos à teorização metodológica a ser utilizada e à análise dos dados em si.

A primeira parte é dividida em dois capítulos. O primeiro, *Construção de identidades e ativismo LGBT: alguns antecedentes*, trata fundamentalmente da questão de identidade de gênero e de sua relação com os chamados “novos movimentos sociais”, mais centrados em questões cultural-simbólicas que em grandes projetos de transformação social intermediados pela política partidária. Também neste capítulo, buscamos elaborar uma breve contextualização histórica do ativismo LGBT no Brasil, do qual a *Parada do Orgulho LGBT* revela-se um importante movimento devido à sua visibilidade.

O segundo capítulo, *Esfera pública e Internet*, busca discutir os aspectos da Internet enquanto esfera pública, assim como suas potencialidades e limitações para a democratização da informação. Na rede mundial de computadores, os conteúdos passam por menos filtros se comparados com os meios de comunicação de massa; qualquer pessoa com acesso a um computador e Internet pode tornar-se um/a emissor/a. Veremos, contudo, que existem razões suficientes para evitarmos as armadilhas do determinismo tecnológico, de acordo com o qual se acredita que os artefatos técnicos necessariamente determinam as formas de percepção e comunicação da sociedade.

Na segunda parte, o primeiro capítulo busca demonstrar os fundamentos teórico-metodológicos que iremos utilizar para investigar as produções de sentidos acerca do evento, particularmente a Análise do Discurso. Definiremos alguns conceitos importantes e apresentaremos a própria noção de discurso, que não abrange todas as manifestações linguísticas, mas somente aquelas que ocorrem “no quadro de instituições que restringem fortemente a enunciação; nos quais se cristalizam conflitos históricos, sociais, etc” (MAINGUENEAU, 1989. p. 14-15). Além disso, iremos discorrer sobre o papel do campo das mídias na articulação de campos sociais distintos, como o jurídico, biológico ou religioso.

O segundo capítulo é subdividido em dois tópicos: o primeiro apresenta uma visão panorâmica dos discursos sobre a *Parada Gay* na Internet, na qual buscamos expor alguns dados mais gerais e abrangentes referentes ao *corpus*,

incluindo as categorias de análise que estabelecemos; no segundo tópico, por sua vez, nosso foco são as minúcias discursivas, as maneiras como os enunciados se relacionam e como as próprias categorias definidas se concretizam nos discursos.

Partindo do princípio de que a *Parada Gay* é um fenômeno que propõe um debate social, articulando no corpo midiático posicionamentos e interpretações diversos, buscamos, neste estudo, investigar os sentidos produzidos pelo evento, em um esforço de compreendermos as visões da sociedade acerca não somente do acontecimento, mas também das sexualidades minoritárias. A parte que se segue dedica-se a lançar luzes sobre as relações dos movimentos sociais com as identidades de gênero e sobre as articulações da Internet com o conceito de esfera pública.